

Novo mínimo é que reajustará pensão e aposentadoria



Bernardo Cabral (D) diz que o Congresso criará um salário mínimo "digno e justo"

Emenda supressiva ainda pode reduzir mandato de Sarney

A redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos retornará à pauta de discussões na votação do segundo turno. Esta é a disposição dos partidos de esquerda, que em bloco, irão apresentar emenda supressiva ao artigo 5º das Disposições Transitórias, para retirar a expressão "de 1990" do enunciado: o mandato do atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1990. Na hipótese de votação alcançar o quórum de 280, as eleições presidenciais serão realizadas ainda este ano, juntamente com o pleito municipal.

A proposta foi levada ontem pelo líder do PC do B, Haroldo Lima, à reunião dos líderes do PDT, PT, PCB e PSB, e prontamente aceita. "Vamos obrigá-los parlamentares que estiverem a favor dos 5 anos para Sarney a explicarem seus votos no plenário", justificou o comunista, apesar de considerar difícil mas não impossível a aprovação da emenda. As assessorias dos partidos irão passar o final de semana compatibilizando as emendas com o objetivo de evitar repetições, e nova reunião dos líderes está prevista para as 9h30 da próxima segunda-feira.

Prorrogação

Os líderes firmaram posição, unânime, contrárias a qualquer

prorrogação do prazo para apresentação de emendas. A tese é sustentada pelo Centrão, mas a esquerda ganhou ontem um forte aliado: o presidente Ulysses Guimarães. Segundo Haroldo Lima, o presidente garantiu aos líderes, durante jantar em sua residência, que não encontrava amparo regimental para adotar a dilatação dos prazos. A esquerda também irá pressionar Ulysses e o relator, Bernardo Cabral, a não aceitar emendas supressivas a matérias, aprovadas em primeiro turno com ampla maioria, fruto de acordo de lideranças. Este é o caso do direito de greve, da licença-gestante e da aposentadoria.

O PC do B apresentou, durante a reunião, um conjunto de 22 emendas supressivas consideradas pelo partido como prioritárias. Entre elas, está a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais (retirando a expressão "e quatro"), a extinção do Conselho de Defesa Nacional e do Estado de Defesa e a supressão de "propriedade produtiva" do texto da reforma agrária. Já o PT irá lutar pela retorno da unicidade sindical, e pela exclusão da pena de morte (no caso de guerra declarada), do direito de herança e das restrições ao divórcio, além da exigência da aplicação de verbas públicas apenas em entidades públicas.

Executivo insiste em reparos

Os dispositivos constitucionais que tratam da anistia das dívidas fiscais e bancárias, do tabelamento de juros, da licença gestante, da igualdade do trabalhador avulso e da jornada de seis horas de trabalho terão propostas alternativas do Governo no segundo turno da votação.

A informação foi prestada ontem pelo ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, ao confirmar a intenção do Governo de "fazer reparos" em alguns dispositivos.

As propostas do governo visam "extirpar erros e omissões" do texto constitucional, com o propósito de dar um conteúdo mais consistente às questões econômicas na Nova Carta.

Mais equilíbrio

As anistias fiscais e, principalmente, bancárias são dois dos pontos considerados mais graves no documento constitucional. "O Governo gostaria de ter uma solução mais equilibrada, mas palatável do ponto de vista das finanças públicas", disse.

Salienta, contudo, o ministro que algumas das propostas aprovadas foram inspiradas nos melhores ideais ou intenções, mas que ferem frontalmente a lei natural da oferta e da procura.

Governo não larga a ilha

O Palácio do Planalto vai tentar, por todos os modos, suprimir do projeto de Constituição, aprovado no primeiro turno da Constituinte, o dispositivo que determina a incorporação de Fernando de Noronha a Pernambuco. Mas as autoridades do Governo reconhecem que as possibilidades de êxito de tal tentativa são muito remotas e, por isso, deverão recorrer a uma solução que atrase a transferência em, no mínimo, dois ou três anos.

Em princípio, segundo revelou, informalmente, ao JBr o vice-governador de Pernambuco, ex-deputado Carlos Wilson, as autoridades pernambucanas não fizeram nenhuma pressão para incorporar ao Estado o Território de Fernando de Noronha. Mas repercute de forma tão positiva perante a opinião pública pernambucana, que se transformou — conforme reconheceu Wilson — numa espécie de bandeira cívico-política no Estado. Agora,



Costa Couto quer equilíbrio

No mesmo caso está a igualdade que se quer estabelecer para as condições do trabalho avulso e permanente. Isto poderá restringir a oferta de emprego avulso, o mesmo podendo ocorrer em relação à licença de 120 dias às gestantes. "O mercado de trabalho para as mulheres pode sofrer um estreitamento significativo".

Costa Couto considera também que a jornada de trabalho de seis horas pode representar uma conquista para os segmentos trabalhistas, mas, por outro lado, significar uma perda de competitividade para o setor produtivo.

mesmo que o governador Miguel Arraes se opusesse à incorporação, ser-lhe-ia difícil convencer os pernambucanos a abrir mão de Fernando de Noronha.

Custo Pelos cálculos governamentais, o custo da manutenção de Fernando de Noronha, na situação atual, é superior a C\$2 bilhões por ano, excluídas, porém, quaisquer despesas em obras de infra-estrutura. Com esse recurso, na opinião das autoridades do Palácio do Planalto, Pernambuco teria condições de equacionar e resolver o problema crônico das secas no Estado, em poucos anos.

Dessa forma, além de evitar prejuízos imediatos a Pernambuco, do ponto de vista orçamentário, o Planalto preservará o cargo de interventor da ilha, até o final do governo Sarney, o ex-porta-voz do Presidente, jornalista Fernando César Mesquita (Rubem de Azevedo Lima)

Presidente reúne líderes neste domingo

Shangai — Na tarde de domingo, dia 10, quando chegar a Brasília, o presidente José Sarney vai analisar em reunião no Palácio da Alvorada, juntamente com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e suas lideranças na Constituinte, as emendas de interesse do Governo para a votação em segundo turno da Constituinte.

São vários os pontos que o Palácio do Planalto quer ver suprimidos do texto constitucional. O principal deles passou a ser a concessão de anistia fiscal aos microempresários endividados durante a vigência do Plano Cruzado, já que, conforme as análises técnicas do Governo, não será possível alterar a ordem tributária. No segundo turno da Constituinte, só é permitida a votação de emendas supressivas.

O presidente Sarney deseja definir ainda no domingo, com as lideranças que o apoiam, as emendas a serem apresentadas para — conforme assessor do Palácio do Planalto — proporcionar a melhoria do texto constitucional. De Pequim, o presidente Sarney determinou ao ministro Costa Couto a convocação das lideranças para a reunião. Definidas as emendas, o Governo pretende mobilizar o mesmo grupo responsável pela vitória dos cinco anos e do presidencialismo para trabalhar por sua aprovação.

"Trem" chegou sob alegação de "ajustar"

O diretor-geral da Câmara dos Deputados, Ademar Sabino, garantiu ontem que o ato da mesa, que alterou a composição funcional dos gabinetes com adoção de novo sistema de contratação de servidores, irá ajustar e disciplinar o secretariado parlamentar. Informou que o primeiro secretário, Paes de Andrade (PMDB-CE), irá baixar portaria fixando em C\$ 500 mil a quota global disponível a cada parlamentar para saldar os vencimentos do secretariado, já que o ato da Mesa n° 85 foi omissão nesta questão.

Sabino não aceita qualificar a medida como um "trem da alegria", pois na prática, comentou, serão raros os deputados que promoverão alterações no atual quadro de funcionários de seus gabinetes. Além disso, o ato pretende encerrar com as contratações irregulares, sem qualquer vínculo empregatício com a casa. Contou que inúmeros boys prestam serviços em gabinetes e apesar da inexistência do vínculo, são credenciados e usufruem de serviços como o restaurante, condução e serviço médico. "Agora, ou o deputado regularizar a situação destes servidores, ou será obrigado a demiti-los", afirmou Sabino.

Concurso

Pelo ato da mesa ficou também garantido a realização de um concurso para o preenchimento de 200 vagas de adjunto parlamentar. Mas segundo regras estabelecidas na resolução n° 102, de 1984, e com declaração de voto do deputado Paulo Mincaroni, os oficiais de gabinete poderão prestar o concurso desde que completados 1 ano de serviço ininterrupto em 31 de março de 1989. Já para o secretariado parlamentar será exigido completar quatro anos de trabalho em 31 de março.

A discriminação entre as categorias para o concurso motivou reunião e distribuição de nota-protesto da Comissão Provisória do Secretariado Parlamentar. "A mesa repete prática antiga de protecionismo político, fartamente denunciadas pela imprensa em épocas passadas, que se caracterizam como verdadeiros trem da alegria", diz a nota. Sabino não comentou a nota, mas afirmou que apenas cumpre as regras da resolução.

A revisão das pensões e aposentadorias da Previdência Social previstas na futura Constituição terá de tomar por base o salário mínimo a ser fixado pelo Congresso Nacional e não o atual "salário mínimo de referência".

Esse foi o esclarecimento que o relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) prestou ontem, no plenário da Constituinte, em resposta a uma indagação do deputado Arnaldo Faria de Sá (PMDB/SP). "Este projeto — acrescentou — cria um salário mínimo digno e justo, a ser estabelecido pelo Congresso Nacional, e não se pode escamotear o que a Constituição quer dar aos pensionistas e aposentados".



Arnaldo Faria de Sá tinha alertado para o fato de que a Previdência Social estaria se preparando para fazer a revisão com base no "salário mínimo de referência", que hoje é de C\$ 8.376,00, enquanto o piso salarial é de C\$ 12.444,00. "Na verdade — assinalou o deputado — a Previdência Social está querendo, mais uma vez, enrolar os pensionistas e aposentados. Hoje não existe salário mínimo. Vai ter que ser fixado pelo Congresso".

Segundo o projeto de Constituição, o INPS terá de restabelecer os valores de todos os atuais beneficiários e aposentados, tomando por base o que representavam em salário mínimo na data da concessão, e começar a pagá-los a partir do sétimo mês a contar da promulgação da nova Constituição — o que está previsto para setembro.

Segundo turno mantém prazos

O presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides, garantiu ontem que não haverá qualquer prorrogação ao prazo de apresentação de emendas ao projeto constitucional. Informou que o prazo se encerrará, à meia-noite de segunda-feira, e que "essa é uma decisão regimental da qual a mesa diretora da Constituinte não abrirá mão. Por isso, está comunicando a todos os constituintes que o prazo de

apresentação de emendas é improrrogável", observou.

O senador Mauro Benevides informou que as cinco sessões da Constituinte, destinadas a discutir o projeto para a apresentação de emendas, serão realizadas: até segunda-feira. A primeira sessão foi realizada ontem e as outras quatro, segundo ele, serão hoje à tarde, amanhã e no domingo, na parte da manhã e, na segunda-feira, na parte da tarde.

Lourenço "abandona" Centrão

O Centrão morreu, embora não tenha sido ainda sepultado. A conclusão é de um de seus mais ardorosos integrantes, ou ex-integrantes: o líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), que agora só quer negociar com o PMDB liderado pelo deputado Nelson Jobim (RS). Lourenço afirmou ontem que só acredita em mudanças no projeto de Constituição nos pontos nos pontos em que houver total entendimento entre PMDB e PFL, e admite que estes pontos são poucos.

O líder pefelista, que deve manter encontro hoje com Jobim para iniciar as negociações, conseguiu enumerar ontem três pontos em que deve haver essa coincidência: a eliminação do direito de voto aos 16 anos; do limite de juros bancários em 12% e das restrições à atuação de empresas estrangeiras na exploração de minérios. Esse balanço inicial de Lourenço pode se ampliar, segundo suas previsões. mas deve se manter restrito, embora ele inclua nas negociações também o PDS e o PTB.

Irritado

Lourenço mostrou-se irritado com insinuações que teriam partido de integrantes do Centrão no sentido de que ele teria abandonado o grupo à própria sorte. "Eu estou trabalhando no meu partido", reagiu, "e não contra grupos ou pessoas". Segundo o

líder pefelista, sempre apontado como político de tendências ultraconservadoras, o Centrão se resume hoje "quatro ou cinco parlamentares de extrema-direita", cujos nomes ele se recusou a citar. Há, no entanto, parlamentares do próprio PFL que ainda assumem a postura de integrantes do Centrão, como José Lins (CE), Luis Eduardo Magalhães (BA), Paes Landim (PT) e, numa posição mais cautelosa, o deputado Ricardo Fiuzza (PE) — um conservador interessado agora em preservar sua imagem para participar do Governo como ministro, o que o levaria a acatar os acordos com Jobim.

Segundo José Lourenço, na atual fase da Constituinte é preciso voltar aos "canais institucionais" de negociação, que são os partidos políticos. "Não entro mais em bloco", sentenciou, acrescentando que agora se torna mais fácil negociar com o PMDB em razão da saída, do partido, daqueles parlamentares considerados mais à esquerda. O líder pefelista admite, porém, que tanto o PFL como o PMDB isoladamente, não têm condições de mobilizar, mesmo através de alianças com outras siglas, os 280 votos necessários para a provar qualquer emenda supressiva. Sendo assim, a presença dos dois partidos é indispensável para qualquer sucesso nas negociações, segundo seu entendimento.



Lourenço(E) articula tentando obter acordos para o segundo turno

Reaberta a crise Acre-Rondônia

Quinze mil quilômetros de uma região contestada na Amazônia, disputada pelos Estados do Acre e Rondônia, desapareceram do substitutivo de Constituição aprovado em primeiro turno pela Assembleia Nacional Constituinte. Quem se queixou, ontem, desse desaparecimento misterioso, foi o deputado acreano Geraldo Fleming, do PMDB, ao ler o substitutivo de Constituição agora publicado conforme a redação do relator-geral da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, peemedebista amazonense.

Como a região contestada fica entre os Estados do Acre, Rondônia e Amazonas, Fleming receia que o amazonense Cabral tenha se deixado levar, no caso, por sentimento regional.

O constituinte acreano foi autor do artigo 52 do substitutivo original da Constituição, aprovado pela Assembleia. Nesse dispositivo, ficavam "reconhecidos e homologados os atuais limites territoriais do Estado do Acre com os Estados do Amazonas e de Rondônia, conforme levantamento cartográfico e geodésicos realizados pela Comissão Tripartite, integrada por representantes daqueles Estados e dos serviços especializados do IBGE".

Em consequência de uma fusão de emendas, tal dispositivo acabou sendo transformado no seguinte, de número 18, no título dos dispositivos constitucionais transitórios: "Os Estados e os municípios deverão, no prazo de três anos, a contar da promulgação da Constituição, promover,

mediante acordo ou arbitramento, a demarcação de suas linhas divisórias atualmente litigiosas, podendo para isso fazer alterações e compensações de área que atendam aos acidentes naturais, critérios históricos, conveniências administrativas e comodidade das populações limítrofes".

Nova Discussão "O assunto — afirmou Fleming — estava resolvido pela Comissão Tripartite, entre o Acre e Rondônia. Com o texto aprovado, reabre-se a discussão entre os dois Estados e até o do Amazonas".

A versão de Fleming, no entanto, é contestada pela Secretaria da Constituinte, pois os levantamentos feitos pelo IBGE, quanto ao litígio entre o Acre e Rondônia, não foram aceitos por esse último Estado e, assim, a Assembleia não poderia convalidar, na Constituição, uma solução contestada por uma das unidades da Federação.

Fleming explicou ter feito o levantamento da região objeto de litígio entre o Acre e Rondônia, na qualidade de militar. Trata-se de uma pequena faixa de terra de 15 mil quilômetros quadrados, equivalente a três quartos da área do Estado de Sergipe. Essa faixa, que hoje separa o Estado do Amazonas da Bolívia, consta, nos mapas oficiais, como parte do território de Rondônia. O constituinte acreano assegura, porém, que ela pertence tradicionalmente ao Acre, desde que se traçou a linha imaginária Cunha Gomes, que separa esse Estado do Amazonas.



José Genoíno ataca lobistas

Lobby empresarial na mira da Mesa

Na próxima semana, já com a presença de Ulysses Guimarães, a Mesa da Constituinte deverá reunir-se para examinar a denúncia de que empresários estariam reunindo um fundo de dois milhões de dólares para influir nas votações do segundo turno do projeto de Constituição.

A informação foi dada ontem pelo presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), depois que parlamentares de vários partidos condenaram a anunciada iniciativa empresarial.

O próprio relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) pediu, por escrito, a apuração da veracidade da notícia. "O assunto — assinalou — é da maior gravidade, razão por que não se pode a ele ficar equidistante ou indiferente".

Esse foi o principal assunto da fraca sessão de ontem, realizada pela Constituinte a primeira das cinco destinadas à discussão e à apresentação de emendas para a votação em segundo turno, prevista para a partir do dia 21. Na Casa, anunciou-se, às 14h30, a presença de 134 Constituintes, mas pelo plenário, até as 18h30, não passaram mais que 50.

Propostas

O anunciado lobby empresarial foi condenado, entre outros, por José Genoíno (PT-SP), Mario Lima (PMDB-BA), Adilson Motta (PDS-RS), Victor Faccioni (PDS-RS), Paulo Delgado (PT-MG), Humberto Souto (PFL-MG), Augusto Carvalho (PCB-DF) e Fernando Santana (PCB-BA). E, falando no horário reservado à liderança do seu partido, o PFL, a deputada Sandra Cavalcanti (RJ) conclamou a Constituinte a manter "os avanços conseguidos principalmente na área dos direitos individuais e sociais".

No primeiro dia de recebimento de emendas para o segundo turno da Constituinte, ontem, apenas 142 propostas foram entregues. Nesta fase cada constituinte tem o direito de apresentar quatro emendas, mas só 14 encaminharam todas. O horário de entrega foi até as 18h00 e só se estenderá no último dia, segunda-feira, quando a coordenadoria de recebimento de emendas vai funcionar até a meia-noite.

Ulysses vê hoje a atuação do PMDB

O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) reúne hoje, em um almoço na sua residência, os líderes do seu partido na Câmara, Senado e na Constituinte, além dos relatores do projeto de Constituição, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e senador José Fogaça e o ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, para discutir o comportamento do PMDB no segundo turno de votação, que começa no próximo dia 21. A reunião pretende traçar quais os pontos que o partido deverá suprimir e quais deverá manter.

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Ibsen Pinheiro (RS), já adiantou que a conduta do partido não será diferente daquela adotada no 1º turno, quando muitos pontos considerados "avanços" no texto Constitucional tiveram a participação decisiva da bancada na Constituinte. Ibsen tem inclusive um levantamento mostrando que 60% das conquistas, principalmente na Ordem Social, Direitos e Garantias Individuais e Ordem Econômica e Financeira, foram obtidas pelo seu partido. Afirma também que nenhum desses pontos será objeto de acordo para a supressão, como querem alguns centristas e o líder do PFL, deputado José Lourenço.

Executiva

A Comissão Executiva do PMDB se reuniu ontem de manhã, para começar a preparar a convenção do partido, que será realizada no dia 21 de agosto. A única decisão tomada ontem, de acordo com dois de seus integrantes — Ibsen Pinheiro e o secretário-geral do partido, deputado Milton Reis (MG) — foi fixar o número de integrantes do diretório Nacional, a ser escolhido na convenção. Ficou decidido que a composição do diretório será a mesma de hoje: 121 integrantes, sendo que um terço composto por figuras notáveis do partido, como ministros de Estado e figuras de renome nacional que não têm mandato parlamentar. Foi acertado também que todos lutarão por uma composição de chapa para disputar a convenção, segundo Milton Reis.